

Valéria Rezende Freitas Barros



Centro Universitário Unihorizontes
valeria.barros@unihorizontes.br

**Marlene Catarina de Oliveira Lopes
Melo**



Centro Universitário Unihorizontes
marlene.catarina@unihorizontes.br

Georgiana Luna Batinga



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
georgiana@utfpr.edu.br

NARRATIVAS SOCIOEDUCATIVAS: A EDUCAÇÃO SUPERIOR E O EMPODERAMENTO FEMININO

RESUMO

Este estudo analisou as repercussões do acesso à educação superior enquanto preconizador do processo de empoderamento feminino. Foram registradas narrativas de 20 egressas de uma Instituição de Ensino Superior privada, que se graduaram com bolsa do Programa Universidade para Todos (PROUNI). As narrativas socioeducativas foram analisadas à luz dos pressupostos de empoderamento feminino proposto por Melo (2012) e os resultados evidenciaram conquistas positivas, principalmente a partir da dimensão sociocognitiva, que preconiza transformações significativas nas trajetórias sociocultural, econômica, subjetiva e política dessas mulheres. Algumas trajetórias apresentam avanços mais consistentes quando comparadas a outras, o que nos leva a concluir que o empoderamento é um processo em constante construção.

Palavras-chave: Educação Superior. Prouni. Desigualdades de Gênero. Empoderamento Feminino.

SOCIO-EDUCATIONAL NARRATIVES: HIGHER EDUCATION AND FEMALE EMPOWERMENT

ABSTRACT

This study analyzed the repercussions of access to higher education while promoting the process of female empowerment. Narratives of 20 graduates from a private Higher Education Institution, who graduated with a scholarship from the University for All Program (PROUNI) were recorded. The socio-educational narratives were analyzed in light of the assumptions of female empowerment proposed by Melo (2012) and the results showed positive achievements, mainly from the socio-cognitive dimension, which advocates significant transformations in the sociocultural, economic, subjective and political trajectories of these women. Some trajectories show more consistent advances when compared to others, which leads us to conclude that empowerment is a process in constant construction.

Keywords: Higher Education. Prouni. Gender Inequalities. Female empowerment.

Submetido em: 06/09/2020

Aceito em: 21/04/2021

Publicado em: 30/11/2021



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2021v13nEsp2p623-641>



1 Introdução

A educação é um processo histórico que sofre alterações de acordo com o contexto socioeconômico e as condições objetivas em que se realiza, sendo necessária sua contextualização às transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que acompanham a sociedade contemporânea (MILL, 2018). De modo especial, importa examinar os limites e impactos da inclusão da educação, e, nesse sentido, a democratização do ensino superior tem ocupado espaço nos debates da educação, principalmente no âmbito das políticas públicas de acesso ao ensino superior implementadas no país. À medida que favorece o acesso à educação, a democratização do ensino superior deve estar aliada à promoção da justiça social e da possibilidade de inclusão sócio laboral com pertinência e relevância, assim como na promoção da emancipação do sujeito-aluno e, conseqüentemente, em transformações estruturais da sociedade (DIAS SOBRINHO, 2013).

Nesse sentido, ganham vulto as políticas afirmativas em educação direcionadas ao enfrentamento de toda forma de discriminação racial, étnica e de gênero, por meio da inclusão de grupos historicamente desfavorecidos no ensino superior, bem como a ampliação e criação de modalidades de ensino que favorecem o aluno em todo o território nacional. A esse respeito e no contexto deste trabalho, está o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, oferecidos em instituições de ensino superior privadas. O PROUNI é direcionado, dentre outros, a alunos egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, e tem contribuído para a democratização da educação no Brasil.

A democratização pode ser compreendida em Freire (2001), não apenas como direito civil, mas como uma possibilidade de transformação da realidade. Dessa forma, sendo a educação um bem público e um direito social de todos, podemos afirmar que ela ocupa o espaço possível para a emancipação do sujeito-aluno não apenas na dimensão sócio cognitiva, mas também subjetiva, social, econômica, cultural e política. Alcançar essas dimensões implica um processo contínuo e crescente que contempla necessariamente uma apropriação das dinâmicas relacionais inerentes ao espaço social, onde o sujeito está em constante construção, é construído e reconstruído por todos.

O fato de que nem todo ser humano é reconhecido e se reconhece nesse processo incita questionamentos se o processo de formação educacional tem favorecido a

emancipação dos sujeitos, ou apenas reproduzido a disciplina, principalmente em relação à educação exercida no espaço escolar. A conscientização leva à libertação e à emancipação, que juntas, conduzem ao empoderamento (FREIRE e SHOR, 1986).

Embora o uso indiscriminado do termo seja alvo de debates, empoderamento, nesse trabalho, implica a conquista da liberdade, da autonomia. Resulta no avanço e superação da situação de subordinação emocional, econômica e física, daquele que se empodera e, apesar de reconhecermos que se trata de uma conquista individual, seus desdobramentos devem ser percebidos no coletivo. A transformação do sujeito deve conduzir à transformação comunitária, pois o empoderamento do sujeito é um processo absolutamente necessário para o processo de transformação social. Por isso, a importância da conscientização crítica da realidade como o passo inicial desse processo, a fim de que se alcance a transformação de uma realidade. Nesse sentido, o empoderamento ganha uma dimensão maior, pois se transforma em um processo histórico, um ato social e político de libertação de classes historicamente dominadas (FREIRE e SHOR, 1986).

No caso da opressão histórica das mulheres, por exemplo, o empoderamento reconhecido como ato social é perceptível quando a mulher passa a ocupar papéis, espaços e lugares que historicamente representavam a condição de assujeitamento, vivenciado em seu cotidiano, na família e no mercado de trabalho (FREIRE, 2001). Na perspectiva feminista, o processo de empoderamento está situado “no campo das relações de gênero e na luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres” (LISBOA, 2008, p. 2). Assim, o processo de empoderamento revela um novo conceito de poder nas relações de gênero, em que a mulher é reconhecida e valorizada, sendo capaz de (re)significar e (re)construir seu papel na sociedade (MELO e LOPES, 2011).

Bourdieu (2007) afirma que o acesso da mulher ao ensino superior pode transformar sua condição na sociedade, modificando as estruturas produtivas e a divisão do trabalho. Dessa forma, ancoramos esse estudo na crença de que a educação é um caminho possível para o empoderamento feminino, e buscamos analisar as repercussões do acesso ao ensino superior no processo de empoderamento de mulheres graduadas nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito, em uma IES privada, viabilizado pelo PROUNI.

Dessa forma, ouvimos recortes de suas trajetórias de vida acadêmica e sócio laboral, a partir de suas percepções, respeitando o lugar de autoras de suas narrativas. Na tentativa de compreender melhor a construção do processo de empoderamento dessas mulheres, esse estudo recorreu aos pressupostos de empoderamento feminino

proposto por Melo (2012) que elencou as dimensões sócio cognitiva, subjetiva, sociocultural, econômica e política como variáveis que, quando analisadas em conjunto, podem sugerir o empoderamento feminino.

2 Revisão bibliográfica

2.1 Reflexões sobre as desigualdades estruturais de gênero

A categoria gênero evidencia que o universo feminino difere do masculino não apenas pelas determinações biológicas, mas principalmente pelas experiências históricas, valores, pensamentos, crenças e símbolos (RAGO, 1998). Em outras palavras, o gênero retrata a relação entre homens e mulheres e envolve a relação do indivíduo com outros indivíduos e com a cultura da qual fazem parte (CYRINO, 2009). Ressalta-se que não são as características sexuais que retratam o que é feminino e o que é masculino, mas sim a forma como essas características são representadas ou valorizadas em uma sociedade e em um contexto histórico. Então, para compreender as relações de gênero na sociedade, faz-se necessário compreender o que se constrói social e culturalmente em relação aos sujeitos, já que as relações de gênero se referem às relações sociais construídas acerca do ser homem e ser mulher, caracterizadas por evidentes desigualdades (LOURO, 2011; ELSON, 1991).

Os papéis atribuídos ao homem no decorrer de sua socialização retratam a virilidade aprendida, mais comumente designada de “dominação masculina”, ao passo que os papéis atribuídos às mulheres retratam a feminilidade aprendida (comportamentos e práticas que não denotem virilidade), afirmando sutilmente que não possuem qualquer acesso ao atributo masculino do poder. Pode-se dizer então, que a dominação masculina e a submissão feminina que observamos na sociedade são frutos dos papéis de gênero construídos socialmente. Esses papéis são naturalizados e reproduzidos em várias instâncias da sociedade: pelos próprios sujeitos; pela mídia; publicidade; uso de imagens; no humor; crenças; tradições; sistema educacional; leis; nos atos de violência contra a mulher; na divisão sexual e social do trabalho e nas instituições presentes na sociedade (ROSA, 2003; COSTA, 2004; BOURDIEU, 2007).

Essas diferenças denotam e reproduzem a manutenção da subordinação de gênero em vários espaços: na sociedade, no mercado de trabalho, na família, na igreja e nas organizações, presentes nas relações de poder no contexto das relações de gênero,

vivenciadas no cotidiano social e no mundo do trabalho (SORJ, 2004; COSTA, 2004). Apesar das recentes mudanças, quando podemos observar as mulheres ocupando cargos e funções diversificadas, conquistando gradativamente espaço no âmbito público da sociedade, é importante salientar que as discriminações de gênero ainda persistem no que se refere, por exemplo, à progressão na carreira, ao recebimento de salários e às relações hierárquicas entre os gêneros dentro do ambiente corporativo (CYRINO, 2009; AMARAL, 2012).

O empoderamento feminino possui diversos significados, relacionados ao poder, à participação, capacidade, autonomia, escolha e liberdade e passa, necessariamente, pela capacidade de pensar seu contexto de modo diferente e concretizá-lo, alterando as relações de poder que limitam e restringem sua voz e as privam de autonomia (EYBEN, 2013). O termo empoderamento pode assumir o sentido de conquistar o controle sobre a própria vida e de fazer escolhas segundo o próprio querer. Essa oportunidade de tomar decisões ocorre em um contexto em que apenas aos homens era conferido esse direito de escolha. Ressalta-se, também, que o termo empoderamento pode assumir o sentido de emancipação, conquista do controle e busca de poder social e político (DEERE e LEÓN, 2002).

Implica desafiar a estrutura patriarcal dominante de maneira a produzir transformações nas estruturas e instituições que reforçam a discriminação de gênero e as desigualdades sociais, proporcionando o acesso das mulheres a materiais e recursos informacionais e a presença ativa em todos os níveis de tomada de decisão (SANTOSH, 2013). A estrutura patriarcal refere-se aos atributos específicos designados aos gêneros que se refletem no contexto familiar, econômico, social e do trabalho (SILVA, 2013) e que revelam valores, condições de gênero e relações de poder na estrutura familiar e social centrados na figura masculina (FEM, 2005; LOURO, 2011; SANTOS, 2013; RAJANKAR, 2013; KOKATANUR, 2013).

2.2 As dimensões do empoderamento feminino

Atribuímos que o acesso à educação promove o sujeito, preparando-o para a vida em sociedade e contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica, assim como a capacidade de intervenção sobre si e sobre a realidade. Neste sentido, e na tentativa de analisar a relação possível entre o acesso ao ensino superior garantido por meio do PROUNI e sua contribuição para o processo de empoderamento de mulheres

que conquistaram o curso superior, este estudo recorreu aos pressupostos de empoderamento feminino propostos em um estudo elaborado por Melo (2012). A autora sugere uma proposta para analisar o processo de construção do empoderamento de mulheres, a partir das seguintes dimensões, incluindo inicialmente a dimensão sociocognitiva, que consiste no saber, no conhecer e no reconhecer a importância de investir em sua qualificação, por meio da educação e capacitação formal e do acesso ao conhecimento como forma de se inserir e progredir no mercado de trabalho. A dimensão subjetiva relaciona-se às experiências subjetivas que refletem sentimentos de autoconfiança, auto estima e autodeterminação, bem como a crença na própria capacidade de decidir, escolher e atribuir significados às suas experiências.

A dimensão política relaciona-se ao acesso a cargos de representação e direção, às vivências das relações de poder nas esferas sociais, tais como a família, a igreja, as organizações, à construção de alianças e estratégias para o desenvolvimento da carreira e à busca pela autonomia profissional. A dimensão econômica consiste na realização de atividades rentáveis que garantam a independência e autonomia financeiras, de suas próprias despesas e nas despesas da família. A dimensão sociocultural está relacionada ao reconhecimento nas relações familiares e organizacionais, e nas relações de poder presentes na sociedade, tais como mudanças nas relações patriarcais e na prática social, abrangendo gênero, classe social, raça, cultura e história. Alcançar essas dimensões implica um processo contínuo e crescente que passa necessariamente por uma conscientização das dinâmicas relacionais inerentes ao espaço social, onde o sujeito está em constante construção, e é construído e reconstruído por todos. Entende-se, dessa maneira, que a conquista dessas dimensões perpassa necessariamente pela autonomia financeira da mulher e sua entrada no mercado de trabalho, que eclode em uma série de transformações, implicando, necessariamente no acesso à educação superior.

3 Metodologia

Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa-descritiva, pois buscou descrever, analisar e refletir sobre as construções e percepções dos sujeitos participantes acerca da interpretação de sua realidade social. Os participantes do estudo foram 20 mulheres com idades entre 25 e 30 anos, egressas dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito, que estudaram com bolsa do PROUNI integral (100%) ou parcial (50%) no período compreendido entre 2009 a 2013, em uma Instituição de Ensino Superior (IES)

privada. Os dados foram coletados por meio de narrativas de vida, com recortes temáticos iniciando na vida acadêmica e, em sequência na vida sócio laboral. As narrativas foram gravadas e depois transcritas, mediante consentimento de cada participante, por meio de leitura e assinatura do Termo de Livre Consentimento (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2010). Os dados foram analisados à luz da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), com categorias temáticas pré-definidas de acordo com as dimensões do empoderamento feminino: sociocognitiva, subjetiva, política, econômica, sociocultural, propostas por Melo (2012).

Em relação ao perfil do *corpus*, das 20 participantes, 10 eram graduadas em Administração; 6 em Ciências Contábeis e 4 em Direito. A coleta, embora tenha sido orientada por um roteiro semi estruturado, ofereceu espaço e abertura para ouvir cada relato, respeitando a condução das narrativas, as percepções e singularidades de cada participante. O roteiro conduziu a narrativa considerando a temporalidade dos principais fatos: do acesso ao ensino superior até os primeiros anos após sua conclusão, com a experiência no mercado de trabalho depois de graduadas. Para garantir a privacidade de cada participante, optamos por identificá-las com a abreviação “E”, da palavra “entrevistada”, seguida da numeração correspondente, E1, E2, E3, [...] E20.

4 Resultados e discussões

Entendemos que a conquista das dimensões que conduzem ao empoderamento feminino perpassa pela autonomia financeira da mulher, consequência de sua entrada no mercado de trabalho, que eclode em uma série de transformações. Esse caminho implica necessariamente no acesso à educação superior (BOURDIEU, 2007; MELO, 2012). Dessa forma, iniciamos essa seção apresentando trechos dos relatos das participantes que descrevem o período anterior ao ensino superior. As narrativas retratam as dificuldades, desafios e anseios presentes em suas trajetórias acadêmicas e denotam o lugar da carência socioeconômica como limitador, apontando como dois principais fatores: a falta de recursos financeiros para subsidiar os custos em uma IES privada, associada a uma trajetória acadêmica inadequada e rudimentar para concorrer a uma vaga em uma IES pública.

De acordo com os relatos a seguir, o acesso ao ensino fundamental e médio em escolas públicas, assim como a entrada precoce no mundo do trabalho, “eu trabalho desde os 16 anos” (E16), representam dificultadores, como podemos ver nos trechos de

depoimentos transcritos a seguir: “[...] foi mais a financeira mesmo. Eu tinha **dificuldade financeira**. [...]” (E15)

As dificuldades sempre foram baseadas em **fatores financeiros**, já que **meus pais não possuíam situação financeira** boa e os custos de vida em Belo Horizonte eram muito maiores que no interior [...]. (E1)

[...] existiam **muitas dificuldades** pra mim. A primeira delas é a **questão financeira**, porque não possuía um rendimento que pudesse pagar os meus estudos. [...]. (E5)

Eu era solteira, **família de doze filhos**. Então, família muito grande, uma situação muito péssima. Então, querendo ou não, mulher tende a querer trabalhar rápido para adquirir suas coisas. [...]. (E12)

Eu sempre busquei isso. **Eu trabalho desde os 16 anos**. Então, eu acho que eu tenho de mim essa motivação: **eu sempre quis ser independente financeiramente**. (E16)

À medida que os relatos evidenciam a condição social e financeira como principais limitadores ao ingresso no ensino superior, o PROUNI surge de forma recorrente nos relatos, em semelhante medida, como a oportunidade possível para realizarem este sonho, conforme visto nos trechos a seguir.

E aí veio esse programa, e eu vi a **oportunidade de estudar**, estudar, assim, me graduar. Sempre foi meu **sonho desde criança**. Eu sempre gostei muito de ler, de estudar e eu nunca quis parar de estudar [...]. (E5)

Com o **PROUNI** ficou mais fácil para ingressar na faculdade através das provas do Enem, que foi o meu caso. [...] (E7)

A facilidade que eu encontrei para ingressar no Ensino Superior foi a bolsa do **PROUNI**. [...]. (E18)

Trechos como “a oportunidade de estudar” (E5), “Com o PROUNI ficou mais fácil ingressar na faculdade” (E7) e “a facilidade foi a bolsa do PROUNI” (E18), apontam para o PROUNI como a possibilidade possível de acesso ao ensino superior. Neste sentido, como política pública educacional emancipatória, desde sua criação em 2004, tem exercido seu papel, ao promover a inclusão de jovens de baixa renda no ensino superior e tem favorecido a inclusão de grupos minoritários na educação superior no país com a maioria composta por alunas mulheres. Dessa forma, embora possuam experiências de vida singulares, compartilham das mesmas dificuldades e, de igual modo, na condição de ser mulher, pois “estão separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo”, a dominação masculina, e precisam de um esforço extra para transpor a desigualdade social e a condição histórica de dominação (BOURDIEU, 2007, p. 130). Nesse contexto, a educação assume o papel revelador e preponderante, um caminho possível para a transformação e emancipação. A seguir analisaremos os ganhos e avanços conquistados

pelas mulheres participantes do estudo, analisados nas dimensões propostas por Melo (2012).

4.1 A dimensão sociocognitiva

A dimensão sociocognitiva consiste no reconhecimento da importância de investir na educação e no acesso ao conhecimento como forma de inserção e progressão no mercado de trabalho. Assim, as participantes do estudo reconhecem a importância da qualificação no desenvolvimento pessoal e profissional e são conscientes de sua valorização na sociedade contemporânea. Desse modo, ao buscarem a graduação, perceberam suas implicações, como uma maior competitividade no mercado de trabalho, quando dizem “eu saio na frente por causa da faculdade”, e assumem um posicionamento positivo diante da família e da sociedade, expressando sentimentos de segurança e autoconfiança, como podemos observar nos excertos a seguir, com relatos que dimensionam sentimentos tais como “eu me sinto mais segura”, “segura, confiante”, “não tenho medo” e “eu tenho essa confiança”.

[...] **eu me sinto mais segura!** Eu percebo que hoje eu tenho uma **qualificação**, que se eu participar de um processo seletivo de empresa **eu saio na frente por causa da faculdade**. [...]. **Segura, confiante**, com certeza! Hoje, eu **não tenho medo**, por exemplo, de perder o emprego. Eu sei que eu não vou ficar desempregada. **Eu tenho essa confiança**. (E6).

E **se você não tiver uma boa formação, acaba passando vergonha**. Tinha feito estágios e ajudou muito. **Me considero uma boa advogada**. Mas a gente só aprende de verdade fazendo. (E10)

Elas percebem também que depois de graduadas, assumiram um lugar de referência e incentivo para familiares e amigos procurarem igualmente o ensino superior, o que revela que a conquista individual produziu desdobramentos percebidos no coletivo. Nesse ponto, vemos a emancipação do sujeito favorecendo a transformação comunitária, como defendido por Freire e Shor (1986). Além da conquista da graduação, a valorização da educação continuada é recorrente em todos os relatos e foi apontada como uma condição para manter-se nesse lugar. Nesse sentido, oito participantes concluíram uma pós-graduação *lato sensu*, uma fez mestrado, duas optaram por uma segunda graduação, três estão cursando cursos preparatórios para concursos públicos e as demais manifestaram o interesse de fazer uma pós-graduação.

[...] se você quer adquirir um **conhecimento** maior, você **não pode parar**, né” (E11).

Eu fiz pós, fiz alguns cursos por conta própria mesmo que eu queria fazer, eu tinha que fazer porque banco exige. (E20)

Diante dos depoimentos, percebe-se o evidente papel da educação no processo de emancipação das participantes, assim como a ideia de continuidade, o que revela o empoderamento como um processo em desenvolvimento, pois o sujeito está em constante construção, e é construído e reconstruído por todos. Superar a intensa competitividade no mundo do trabalho, assim como a exigência por múltiplas competências fazem desse percurso uma conquista que requer persistência.

4.2 Dimensão subjetiva

As repercussões desta dimensão, que retrata as experiências subjetivas expressas por sentimentos como autoconfiança, autoestima, autodeterminação, e a crença na própria capacidade, foi evidenciada principalmente nos relatos sócio laborais, percebidos na maneira como (re)significam o trabalho como uma atividade prazerosa, que desperta felicidade, realização, segurança e dignidade.

Minha atividade profissional me faz **muito feliz e realizada**, permitindo aliar a gestão com a parte técnico-comercial, o que me agrada muito. (E1)

Eu **gosto muito** do que eu faço entendeu? Tem uma importância muito grande para mim o que eu faço, porque eu sempre gostei de moda, dessas coisas assim, entendeu. Então, eu sinto **realizada**, entendeu. (E15)

Ainda em relação ao trabalho, a competência reconhecida, conquistada após a graduação, demonstra como se sentem capazes de realizar atividades ligadas ao cargo ocupado, “tenho pleno conhecimento e domínio da minha área de atuação profissional e das tarefas que desempenho” (E7), legitimando o lugar que ocupam “hoje me sinto preparada para a atual posição que exerço” (E1), conforme fragmentos de suas falas:

Hoje me sinto preparada para a atual posição que exerço. Com um mercado em que as mudanças são cada vez mais frequentes e rápidas, há uma necessidade sempre de aprimorar e reciclagem do conhecimento, de forma que uma dose de insegurança faz bem, para não ficarmos estagnados. (E1)

Sinto, sinto muita segurança. Eu tenho por princípio nunca pegar uma disciplina ou uma área que eu realmente não conheça. Se eu não tenho domínio do que eu vou fazer, se eu não tenho domínio do que eu vou falar, eu não entro em sala de aula para isso (E2)

Verifica-se neste ponto, a importância da educação para o desenvolvimento da percepção de competência, segurança e autoconfiança, refletidas na capacidade de fazer

escolhas e gerir sua carreira, contribuindo para projetarem a ocupação de outros postos de trabalho, como dito em suas palavras: “[...] pretendo continuar estudando para concurso público e montar um negócio próprio” (E4), “desejo passar em um concurso [...]” (E3). Ainda em relação ao planejamento da própria carreira, observamos que algumas participantes pretendem abrir o próprio negócio, “pretendo me especializar sempre, abrir um escritório com algumas colegas da faculdade e ganhar dinheiro” (E10).

Esses relatos traduzem a ideia de que o acesso ao ensino superior oportunizou o desenvolvimento de novas competências e contribuiu para mudanças subjetivas, a partir da capacitação, contribuindo para um panorama positivo na atuação no mercado de trabalho, e para uma maior “representação de mulheres nas profissões intelectuais ou na administração e nas diferentes formas de venda de serviços simbólicos” (BOURDIEU, 2007, p. 126), comprovando em mais um ponto o desdobramento coletivo das conquistas pessoais.

Da forma como entendemos empoderamento, a transformação do sujeito deve conduzir à transformação comunitária, pois o empoderamento do sujeito é um processo absolutamente necessário para o processo de transformação social (FREIRE e SHOR, 1986).

4.3 Dimensão política

Essa dimensão diz respeito ao acesso das mulheres a cargos de representação, direção e às relações de poder exercidas no âmbito da posição profissional hierárquica ocupada. Essa dimensão também inclui a consciência das diferenças entre gênero, a importância da construção de alianças e estratégias para o desenvolvimento da carreira e a busca pela autonomia profissional (MELO, 2012). Nos depoimentos, foram analisados os aspectos referentes à vivência das relações de poder no espaço organizacional, percepção e consciência das diferenças de gênero, acesso à informação, alianças e estratégias desenvolvidas para a própria carreira, autonomia e legitimação. Esses aspectos foram pouco percebidos nessa dimensão, talvez por se tratar de um grupo composto por mulheres recém-formadas, ainda no início de carreira.

De um modo geral, os relatos descrevem experiências laborais limitadas, com pouca interlocução e flexibilidade, vivenciadas em um ambiente de trabalho competitivo, com decisões estratégicas centralizadas em algumas pessoas, em sua maioria na figura masculina, com uso desigual de poder. Os relatos apontam para experiências nas quais a

chefia direta se impõe e as relações de poder seguem uma hierarquia definida nas funções e nos cargos; os cargos mais altos são ocupados por homens e apenas duas participantes salientaram que possuem abertura para participar e discutir ideias e projetos.

Nesse contexto, os relatos evidenciam a importância de criar alianças e estratégias para se manterem neste lugar, assim como para possibilitar o crescimento profissional, como afirmam: “**Contato é tudo**. Sem indicação continua sendo difícil alcançar um bom emprego. Devia ter estreitado mais laços na faculdade e em outros lugares, mas aprendi com o tempo. É um círculo; um precisa do outro para dar certo” (E10); “totalmente necessário. **As alianças são sempre portas abertas no mercado de trabalho**” (E18).

As participantes também evidenciaram que, no contexto do ambiente de trabalho, “na maioria das vezes, são os homens que assumem cargos de poder e, quando são assumidos por mulheres, ainda existe muita falta de respeito” (E4). Um ambiente organizacional predominantemente masculino, que reproduz o papel social construído para a mulher, que ainda remete à subalternidade e à dominação masculina (CHIES, 2010).

Esse papel é reproduzido no ambiente de trabalho, onde se pode observar a desvalorização do trabalho da mulher em relação ao do homem. Dessa forma, observar o homem ocupando posições de poder é percebido como a “ordem natural das coisas”, enquanto a mulher ainda encontra dificuldades, pois precisa quebrar as barreiras e os preconceitos de gênero presentes nas organizações (STEIL, 1997).

4.4 Dimensão econômica

Essa dimensão consiste na conquista de atividades rentáveis que garantam independência financeira, autonomia e participação nas despesas da família. Foram analisados os aspectos referentes às oportunidades, à independência financeira e à perspectiva de carreira. Essas oportunidades foram decisivas para que as mulheres conquistassem patamares relevantes. Observa-se nos relatos que a busca pela independência financeira resgata o sentimento de superação das dificuldades financeiras vivenciadas ao longo de suas vidas, como no relato a seguir.

Eu era solteira, **família de doze filhos**. Então, família muito grande, uma **situação muito péssima**. Então, querendo ou não, mulher **tende a querer trabalhar rápido para adquirir suas coisas**. [...]. (E12)

Assim como o anseio por conquistas que possam reverter as desigualdades socioeconômicas, recorrentes nos depoimentos.

Em se tratando de termos financeiros, sempre busco melhorar minha situação, mas há um ano consegui uma melhoria salarial que me permite viver melhor. No entanto, **ainda não conquistei minha casa própria** e por isto **ainda estou em busca de melhorias**. (E1)

Ainda tem coisas que eu quero fazer. É, por exemplo, eu ainda moro com a minha mãe. **Eu quero ter o meu apartamento, é viagens**, coisas que eu quero fazer. Então, realizada, plenamente realizada, ainda não [...]. (E2)

Todas reconhecem a contribuição da graduação como decisiva para auxiliar no processo de conquista de independência financeira e relatam que conseguiram ocupar cargos e melhorias salariais após se graduarem. O aumento dos níveis educacionais das mulheres se traduz em mudanças nos padrões arraigados na sociedade e, principalmente, nas relações de gênero, pois as entrevistadas se tornaram mais independentes financeiramente e adentraram em espaços que tradicionalmente são de domínio masculino (MENEZES, 2013).

No entanto, a luta pela superação das desigualdades de gênero ainda é percebida, pois algumas participantes foram incentivadas a se mobilizarem visando romper com os papéis impostos às mulheres ao longo dos anos, reduzindo sua subordinação aos homens. Pode-se dizer que houve avanços nesse ponto e algumas barreiras foram reduzidas, mas elas ainda se deparam com limitações para avançarem na carreira e por salários equiparados (ROSA, 2003; BRUSCHINI, 2007).

Semelhante à dimensão política, neste ponto, percebe-se que as participantes tiveram um avanço tímido nessa dimensão, embora as pequenas conquistas possuam uma representatividade expressiva quando percebidas individualmente, ou quando pensamos no caminho percorrido por elas. Assim como a importância do trabalho em promover a participação ativa na família e na sociedade, modificando sua condição de submissão. A ideia de que o empoderamento da mulher, a princípio, parte da equiparação econômica entre homens e mulheres, passa necessariamente pela igualdade de condições econômicas. Somente dessa forma a mulher consegue romper outras dimensões (KOKATANUR, 2013).

4.5 Dimensão sociocultural

A experiência e o conhecimento acumulados na graduação provocaram mudanças na forma de se posicionarem diante da própria vida e modificaram suas percepções em relação a si mesmas, pois se sentem mais valorizadas e em uma posição privilegiada. Nos âmbitos familiar e social, passaram a questionar os comportamentos dos conjugues, a ajudar as pessoas com o conhecimento que adquiriram, a opinar, a incentivar os filhos a estudarem, a se sentirem aceitas e respeitadas no grupo social, conforme relatos que seguem.

Nossa! **Mudaram completamente a minha vida.** É uma mudança que acontece de dentro para fora, entende? **A minha maneira de enxergar o mundo mudou completamente, a forma de me posicionar frente a tantas questões da minha vida, tanto no nível individual quanto no convívio com as outras pessoas.** [...]. (E5)

Você é percebida de uma forma diferente. Você consegue muito mais coisa do que você conseguia antes. **Você é vista de outra forma na sociedade.** Não é só eu quero ser vista diferente, quero ser percebida. Não é isso. Você vai conhecer, você vai ter **um reconhecimento totalmente diferente.** [...]. (E6)

Transformações positivas são percebidas nessa dimensão e o reconhecimento na família e na sociedade reforça o que Eyben (2013) enfatiza que a dimensão social está relacionada à forma como as mulheres são reconhecidas e respeitadas, considerando o desejo que possuem, e não os que lhe são impostos pelos papéis tradicionais. A partir dos relatos, é possível concluir que a educação superior de mulheres pode desencadear mudanças na estrutura patriarcal predominante, conforme enfatizam, Louro (2011), Rajankar (2013) e Santosh (2013). Para Bourdieu (2007), o acesso das mulheres ao ensino superior, provoca mudanças nas estruturas patriarcais familiares. Particularmente, as participantes foram incentivadas a estudarem e buscarem a independência financeira por referências femininas: mãe, avó, tias e amigas bem-sucedidas.

Bom, nas escolhas profissionais **minha mãe foi uma influência muito grande,** porque eu sempre tive ela como um modelo, né, de pessoa, de ser humano, né, inclusive de modelo profissional mesmo. É uma pessoa extremamente ética. É uma pessoa, né, que, com tudo que ela passou na vida, é uma pessoa muito bem-sucedida [...]. (E5)

[...] **minha avó também falava assim. “Nunca dependa de homem” [...]!** Assim, porque minha avó teve uma história assim muito grande, porque ela era bem-sucedida. Ela trabalhava em uma empresa e recebia muito mais que meu avô.

Pode-se ressaltar ainda, em relação à influência feminina geracional nas trajetórias sócio laborais das participantes, mães e avós que trabalham altera a forma como as tarefas domésticas são divididas, assim como a posição do feminino e do masculino na família. Quando as mães desenvolvem trabalhos remunerados, as filhas possuem aspirações elevadas em relação a sua própria carreira, deslocando-se em certa medida, da condição feminina do modelo de família patriarcal (BOURDIEU, 2007).

Percebe-se também uma maior participação da mulher no espaço público, contribuindo para o rompimento acerca da delimitação dos espaços destinados a homens e mulheres na sociedade. Conforme salientam Rosa (2003) e Bourdieu (2007), ao homem foi destinado o espaço público e, portanto, atividades de maior prestígio e, às mulheres, foi reservado o espaço privado, a reclusão, ampliando a participação não somente na esfera produtiva, mas também em atividades coletivas, sociais. O reconhecimento demonstra avanços, pois, na perspectiva de Melo (2012), essas mudanças ocorreram em direção à alteração dos papéis históricos imposto às mulheres nos contextos familiar, social e organizacional. Neste sentido, a dimensão sociocultural possibilitou uma trajetória diferenciada, com destaque para o reconhecimento positivo nessas três esferas: família, sociedade e trabalho.

5 Conclusão

Este estudo faz uma abordagem acerca do empoderamento feminino como capacidade de exercer a expressividade, perceber as contradições dialéticas do contexto social, interagir criativamente nas contingências e se reconstruir como sujeito a todo o momento, mediante o exercício de pensar sua condição humana, ancorado na ideia de manter um olhar emancipado, que permite possibilidades de caminhos novos, emergência de novas possibilidades e acesso a novas experiências. Diz também sobre a importância da educação enquanto um caminho que preconiza esse empoderamento. Uma educação referenciada por concepções emancipatórias, que se volta para recuperar a consciência da importância das relações entre os indivíduos de maneira humanizada, para um entendimento compartilhado do modo de ser e estar no mundo.

Consideramos o empoderamento um processo de conquista que inclui, necessariamente, a conscientização que permite aos indivíduos se apropriarem criticamente da posição que ocupam com os demais no mundo. Assumir tal posicionamento significa romper com os pressupostos que naturalizam a divisão de

papéis de gênero previstos em nossa sociedade. Entendemos que a educação é o caminho que nos levará a esse patamar, por isso, precisamos pensar a educação de maneira crítica, na dimensão de seus desdobramentos sociais na vida do sujeito-aluno, principalmente quando pensamos nas dinâmicas que sustentam as relações de exploração e dominação em nossas sociedades. Vivemos em uma cultura de dominação, e, conseqüentemente, de exploração, e quando pensamos nas minorias, reconhecemos a importância e o lugar das políticas públicas afirmativas, que embora sejam passíveis de críticas e regulações, são reconhecidas e precisam ser consideradas em conjunto.

A análise das trajetórias sócio laborais, expressas nas narrativas das vinte mulheres participantes deste estudo, revela que o acesso à educação superior viabilizada pelo PROUNI, assim como a posterior inserção no mercado de trabalho promoveram mudanças evidentes na dimensão sociocognitiva das participantes. Contribuiu também para uma construção positiva e emancipatória de suas trajetórias de vida social, econômica, cultural e subjetiva. Observamos nos depoimentos que algumas dimensões avançam mais que outras, no entanto, de modo geral, identificamos elementos que denotam transformações significativas e apontam para o processo de empoderamento dessas mulheres. A conquista da graduação, acompanhada de melhorias na vida profissional preconizou o empoderamento dessas mulheres, como um movimento que eclode a partir da conquista da dimensão sociocognitiva, e se desdobra nas demais dimensões. Ressalta-se a importância da superação das dificuldades e desafios enfrentados para acessarem o ensino superior, possível somente com o apoio de uma política afirmativa governamental que proporcionou essa condição e promoveu posicionamentos e posturas positivas nos papéis desempenhados nas esferas privada e pública.

Os relatos evidenciam que a dimensão sociocognitiva foi a que percebeu maior avanço e, a partir dela, foi possível observar seus desdobramentos, com mudanças positivas nas demais dimensões, o que demonstra que o acesso ao ensino superior, como defendido nas discussões anteriores, apresenta-se como uma experiência fundamental para provocar mudanças no âmbito da subjetividade e nas relações sociais e familiares, com perspectivas de crescimento na esfera profissional, contribuindo para o processo de escalada do empoderamento social, cultural e econômico. Uma das formas de alcançar a igualdade de gênero é a qualificação, pois a educação ajuda a romper com os estereótipos arraigados na sociedade, por desencadear mudanças na forma de pensar e de agir dos sujeitos.

Empoderar-se consiste em desconstruir as fraquezas, as incapacidades, as desvantagens e as privações dos sujeitos delimitadas em função do sexo ou de outras minorias existentes na sociedade, quando as mulheres se qualificam, passam a participar das decisões econômicas, sociais e políticas tanto no âmbito individual como no coletivo. Embora este estudo apresente contribuições a esse importante debate, entendemos que não conseguimos contemplar todas as vertentes possíveis, portanto, na intenção de ampliar as discussões a esse respeito, sugerimos a realização de estudos que contemplem campos profissionais apregoados como tipicamente masculinos. Como exemplo, citamos as engenharias e cursos das áreas tecnológicas.

Recomenda-se ainda pesquisar os diferentes caminhos percorridos por estudantes homens e estudantes mulheres visando identificar as relações entre as desigualdades que vivenciam em suas trajetórias, relacionadas ao gênero, à educação e à estrutura social. Ou ainda contemplar outros grupos minoritários, incluindo as dimensões classe social, raça e gênero, no processo de empoderamento dessas pessoas, a partir da educação como eixo central da libertação e emancipação do sujeito-aluno.

REFERÊNCIAS

AMARAL, G. A. Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí – EFG**, 2(13): 1-20. 2012.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento: evitando confusões. In: M. W. BAUER; G. GASKELL (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8. ed., Petrópolis, Vozes, p. 17-36. 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação Masculina**. Tradução Maria Helena kuhner. 5. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 160 p. 2007.

BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO: COMPARAÇÕES BRASIL-FRANÇA, Rio de Janeiro, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS. (37): 537-572. 2007.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed., Porto Alegre, Bookman, 349 p. 2005.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Salvador. 2004.

CYRINO, R. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Revista Sociologias**, 11(21): 66-92. 2009.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 504 p. 2002.

DIAS SOBRINHO, J. **Educação superior: bem público, equidade e democratização**. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 1, 2013.

ELSON, D. Male Bias in Macroeconomics: The Case of Structural Adjustment. In: D. ELSON (Ed.). **Male Bias in the Development Process**. Manchester: Manchester University Press, 168 p. 1991.

EYBEN, R. Dando suporte às trilhas do empoderamento de mulheres: um breve guia para agências internacionais de desenvolvimento. **Revista Feminismos**, 1(2):1-21. 2013.

FEM - FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Empoderamento de mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero**. Genebra, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KOKATANUR, R.B. Gram panchayats and women's empowerment. **Golden Research Thoughts**, 2(8). 2013.

LISBOA, T. K. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. **Fazendo gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1-6. 2008.

LOURO, L. C. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. ed. 12. Petrópolis, Vozes, 184 p. 2011.

MELO, M. C. O. L. Mulheres gerentes entre o empoderamento e o teto de vidro. In: M. E. FREITAS; M. DANTAS (Orgs.). **Diversidade Sexual e Trabalho**. São Paulo, CNL - CENGAGE/NACIONAL, 384 p. 2012.

MENEZES, N. Feminino e Masculino: a presença das mulheres no poder judiciário de Rondônia. **MÉTIS: história & cultura**, 11(21): 359-368. 2012.

MILL, D. **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas – SP: Papyrus, 2018.

RAGO, M. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, (11): 89-98. 1998.

RAJANKAR, P. P. Women Empowerment Enreaching Endeavour. **Golden Research Thoughts**, 2(11). 2013.

ROSA, R. M. de. A diferença que faz diferença. **Revista Habitus**, 1(1). 2003.

SANTOSH, P. R. Empowerment Of Women Through Human Rights Education: an analysis. **Golden Research Thoughts**, 2(8). 2013.

SILVA, E. R. Resistência inventiva das mulheres fumageiras do recôncavo baiano.
Revista Feminismos, 1. 2013.

SORJ, B. Trabalho remunerado e não-remunerado. In: VENTURI, G.; RECAMÂN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 248 p. 2004.